

# **Ações e Experiências para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19 2**

**Oswaldo Hideo Ando Junior  
(Organizador)**



# **Ações e Experiências para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19 2**

**Oswaldo Hideo Ando Junior  
(Organizador)**



### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecária**

Janaina Ramos

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Aleksandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Lilians Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Oswaldo Hideo Ando Junior

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

A185 Ações e experiências para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 – 2 / Organizador Oswaldo Hideo Ando Junior. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

204 p., il.

ISBN 978-65-5706-861-8

DOI 10.22533/at.ed.618210203

1. Pandemia. 2. Covid-19. I. Ando Junior, Oswaldo Hideo (Organizador). II. Título.

CDD 614.5

**Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

O segundo volume da Coleção “**Ações e Experiências para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19**” tem como objetivo central a disseminação científica de forma ampla e acessível à sociedade, visando contribuir para debate e proposição de alternativas para o enfrentamento da pandemia. Nesta coleção, apresenta-se uma série de capítulos que contextualizam várias ações, experiências e reflexões acerca do enfrentamento da pandemia de Sars-CoV-2 no Brasil e na América Latina, resultado de pesquisas no âmbito da ciência, tecnologia e inovação de vários desafios concernentes a diversos tipos de ações de investigações e/ou resultados de inovações.

Os estudos, ações e experimentos apresentados pelos autores nos indicam diversos olhares, ações e ensinamentos, que nos remetem ao tema central do livro tendo dezoito capítulos, que abordam os mais diversos assuntos. A temática, sem dúvida, trata-se de um tema atual e de grande relevância diante do desafio que tem sido o enfrentamento da Pandemia de Sars-CoV-2.

Convido à leitura aqueles que se interessam pelo tema, para consolidar novas perspectivas e proposições criativas para o avanço do conhecimento científico e tecnológico no enfrentamento da pandemia na América Latina e no Brasil, somando-se as informações já existentes.

Ciente da importância da disseminação da informação e da divulgação científica, em nome de dos autores, agradecemos a estrutura da Atena Editora que disponibiliza uma plataforma consolidada e confiável para cientistas e pesquisadores divulguem seus resultados.

Oswaldo Hideo Ando Junior

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **SISTEMA DE DESCONTAMINAÇÃO DE AMBIENTE BASEADO NO EFEITO LUMINESCENTE POR ESPECTRO ULTRAVIOLETA (UV-C)**

Eder Andrade da Silva  
Igor Willis Mauerberg Barbosa  
José Carlos Navas Palma  
Matheus Vinicius Brandão  
Rafael Andrade Taveira  
Rafaela Faust Meyer  
Oswaldo Hideo Ando Junior

**DOI 10.22533/at.ed.6182102031**

### **CAPÍTULO 2..... 18**

#### **ENSINO ONLINE: DESAFIOS E OPORTUNIDADES EM ENSINO DE TECNOLOGIA**

Anna Cristina Barbosa Dias de Carvalho

**DOI 10.22533/at.ed.6182102032**

### **CAPÍTULO 3..... 30**

#### **RECURSOS EDUCATIVOS DIGITAIS PARA A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Natália Mendes de Melo Machado  
Monyque Hellen Teixeira de Jesus  
Nayara Araújo Silva  
Adriana Toledo de Paffer  
Kelly Walkyria Barros Gomes  
Maria Helena Pereira de Santana

**DOI 10.22533/at.ed.6182102033**

### **CAPÍTULO 4..... 40**

#### **ESTRATÉGIAS NA DISCIPLINA DE FÍSICA: ENSINO REMOTO E HÍBRIDO RELIZADO NO ESTADO DE RORAIMA E AMAZONAS**

Barbara Adelaide Parada Eguez  
Hiderly da Silva Costa dos Santos  
Leonilda do Nascimento da Silva  
Suliane Alves Barbosa  
Walter Fiúsa dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.6182102034**

### **CAPÍTULO 5..... 50**

#### **DESAFIOS DO ENSINO-APRENDIZAGEM NO CURSO DESIGN DE MODA EM TEMPOS DE COVID-19: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Luciana França Jorge  
Firmina Hermelinda Saldanha Albuquerque  
Helen Christina Castro Carlos da Cunha de Oliveira  
Kátia Regina Araújo de Alencar Lima  
Karla Maria Carneiro Rolim

**DOI 10.22533/at.ed.6182102035**

<b>CAPÍTULO 6.....</b>	<b>61</b>
<b>EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE, NO CONTEXTO DE UMA PANDEMIA - A PARTIR DA ORQUESTRAÇÃO DE VOZES DIVERSAS</b>	
Gabrielly Bos de Oliveira Gabriela Maria Natividade Marco Aurelio da Ros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6182102036</b>	
<b>CAPÍTULO 7.....</b>	<b>85</b>
<b>COVID-19 E NATUREZA DA CIÊNCIA: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DE ESCOLARES DO ENSINO MÉDIO SOBRE CIÊNCIA E CIENTISTA NO CONTEXTO DE PANDEMIA</b>	
Anyelle da Silva Pereira Peixoto Clécio Danilo Dias da Silva Ayla Márcia Cordeiro Bizerra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6182102037</b>	
<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>94</b>
<b>VALORACIÓN DE LA REESTRUCTURACIÓN DEL PROGRAMA DE INGLÉS EN UN CONTEXTO DE PANDEMIA DE UNA ESCUELA VULNERABLE EN SANTIAGO DE CHILE. LA PERCEPCIÓN DE LOS APODERADOS</b>	
Tulio Barrios Bulling Nicole Garay Guzmán	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6182102038</b>	
<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>109</b>
<b>IMPACTO DA PANDEMIA DO SARS-COV-2 NA COMUNIDADE DE DOCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO EXTREMO SUL DA BAHIA</b>	
Vivian Miranda Lago Alessandro Martins Ribeiro Pedro Nunes Rey	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6182102039</b>	
<b>CAPÍTULO 10.....</b>	<b>123</b>
<b>EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM TEMPOS DE COVID-19: TENSÕES E PERSPECTIVAS</b>	
Jederson Garbin Tenório Vinícius Aparecido Galindo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.61821020310</b>	
<b>CAPÍTULO 11.....</b>	<b>134</b>
<b>COVID-19 E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR</b>	
Bárbara de Oliveira Gonçalves Claudia Vianna de Melo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.61821020311</b>	

<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>154</b>
<b>IMPACTOS DO ISOLAMENTO SOCIAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES FRENTE À PANDEMIA DO COVID- 19</b>	
Luiz Fernando Fonseca Tavares	
Laura Fernandes Ferreira	
Larissa da Fonseca Tavares	
Laís Moreira Borges Araujo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.61821020312</b>	
<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>165</b>
<b>E COMO VÃO OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM TEMPOS DE COVID-19?</b>	
Everton Silveira	
Patricia Lane Araujo Reis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.61821020313</b>	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>176</b>
<b>O TRIBUNAL DO JURI VIRTUAL EM TEMPO DE PANDEMIA: A PLENITUDE DA DEFESA E A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO HUMANO</b>	
Renata Botelho Dutra	
Ilma A. Goulart de Souza Britto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.61821020314</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>189</b>
<b>A TUTELA SUBNACIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A ADI 6.341/DF: FEDERALISMO E DIREITOS FUNDAMENTAIS</b>	
Filipe Eduardo Macedo de Menezes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.61821020315</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>201</b>
<b>OS IMPACTOS DA PANDEMIA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: O CASO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA</b>	
Adriane Lima Monai Montessi	
Bruno Dantas Muniz de Brito	
<b>DOI 10.22533/at.ed.61821020316</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>207</b>
<b>O TELETRABALHO FEMININO E A COVID 19: UMA ANÁLISE DA DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO DIANTE DO “NOVO NORMAL”</b>	
Patrícia Miron de Siqueira Ferraz	
Isabele Bandeira de Moraes D’Angelo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.61821020317</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>221</b>
<b>ESTUDO DA COMUNICAÇÃO DIGITAL DAS IGREJAS CRISTÃS COM SEUS FIÉIS DURANTE A PANDEMIA DE CORONAVÍRUS COVID-19</b>	
Fabio Andrei Kuckert Rodrigues	

Cláudio Schubert

**DOI 10.22533/at.ed.61821020318**

<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>232</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>233</b>

## COVID-19 E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

*Data de aceite: 17/02/2021*

### **Bárbara de Oliveira Gonçalves**

Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro  
Professora de Educação Infantil  
Grupo de Pesquisa Infância e Saber Docente (UERJ)

### **Claudia Vianna de Melo**

Ensino Básico Técnico e Tecnológico  
Grupo de Pesquisa Infância e Saber Docente (UERJ)

**RESUMO:** Neste artigo discutem-se as políticas de ensino a distância propostas por entidades civis e governamentais para a educação básica com evidência na educação infantil durante o período de isolamento social decorrente da epidemia da COVID-19. Fundamenta-se por meio de abordagem sócio-histórica, em que se analisam os avanços economicistas na área da educação através da conjuntura política e do contexto social e econômico do país. O referencial em Dallari nos leva a compreender a criança pequena como sujeito histórico, político e participante da vida em sociedade. Kohan, galgando a trilha de Paulo Freire, traz à tona a defesa da educação como um direito e um meio para conquistar outros direitos, cimentando o caminho para uma sociedade mais justa, incluyente e sustentável. Os resultados apontam para a importância do diálogo e da conscientização em todas as etapas da educação, revisitando as contribuições da

educação popular na perspectiva dos direitos humanos.

**PALAVRAS - CHAVE:** COVID-19. Direitos humanos. Educação popular. Participação infantil. Políticas públicas.

### COVID-19 AND EDUCATIONAL POLICIES: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF POPULAR EDUCATION

**ABSTRACT:** This article discusses the policies of distance education proposed by civil and governmental agencies for basic education, as evidenced by childhood education during the period of social isolation resulting from the COVID-19 epidemic. The text is based on a socio-historical approach, in which economic advances in the area of education are analyzed through the country's political framework and its social and economic contexts. Dallari leads us to understand the young child as a historical and political subject as well as an active participant in society. Kohan, following in the footsteps of Paulo Freire, brings up the defense of education as a right and means to conquer other rights, cementing the way for a more just, inclusive and sustainable society. The results indicate the importance of dialogue and awareness at all stages of education, revisiting the contributions of popular education from the perspective of human rights.

**KEYWORDS:** COVID-19. Human Rights. Popular Education. Child Participation. Public Policies.

## COVID-19 Y POLÍTICAS EDUCATIVAS: UN ANÁLISIS DESDE LA PERSPECTIVA DE LA EDUCACIÓN POPULAR

**RESUMEN:** En este artículo analiza las políticas de enseñanza a distancia propuestas por las entidades civiles y gubernamentales para la educación básica con evidencia en La educación de la primera infancia durante el período de aislamiento social resultante de La epidemia COVID-19. Se basa en un enfoque socio-histórico, en el que los avances económicos en el área de la educación se analizan a través de la coyuntura política y El contexto social y económico del país. La referencia en Dallari nos lleva a entender al niño pequeño como un sujeto histórico, político y participante de la vida en la sociedad. Kohan, siguiendo el rastro de Paulo Freire, nos muestra la defensa de la educación como un derecho y un medio para conquistar otros derechos, consolidando el camino hacia una sociedad más justa, inclusiva y sostenible. Los resultados apuntan a la importancia Del diálogo y la sensibilización en todas las etapas de la educación, revisando las contribuciones de la educación popular desde la perspectiva de los derechos humanos.

**PALABRAS CLAVE:** COVID-19. Derechos humanos. Educación popular. Participación infantil. Políticas públicas.

### INTRODUÇÃO

No Brasil, a pandemia da Covid-19<sup>1</sup> atinge, principalmente, os indivíduos mais pobres, ou seja, aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. A alta taxa de mortalidade da população que vive na periferia das grandes cidades está ligada diretamente a questões básicas de falta de higiene e habitação, resultado de décadas de abandono sistemático e progressivo dos sistemas de saúde pública e saneamento básico<sup>2</sup>, e aponta de maneira crítica para o modo insustentável de vida sob o qual vivemos (VESPA, 2020).

A crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19, por sua vez, não se contrapõe a uma situação ideal de estabilidade social e econômica precedente no mundo. Pelo contrário, já vivíamos uma situação de crise econômica mundial alongada e que aponta para o esgotamento de nosso modo de vida:

[...] a crise instalou-se em longo prazo, porque não há saída para a crise que se apresenta no horizonte, uma vez que os impactos do nosso sistema econômico capitalista no ambiente tornam-se fatores controladores da situação social e da política mundial (CHESNAIS, 2018, p. 29).

---

1 Segundo Lana et al. (2020, p. 1), “o novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19, foi detectado em 31 de dezembro de 2019 em Wuhan, na China. Em 9 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou a circulação do novo coronavírus. [...]. Em 30 de janeiro, a OMS declarou a epidemia uma emergência internacional [...]”.

2 Saneamento básico é todo conjunto de serviços, infraestruturas e instalações relativas ao abastecimento de água potável, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais das zonas urbanas e rurais. No Brasil, esse conceito está instituído na Lei Federal nº 11.445 (BRASIL, 2007).

A última grande crise econômica mundial teve início em 2008 e se instaurou em um processo de longo prazo, sob o qual parece não haver saídas ou alternativas possíveis. As políticas de austeridade, as reformas trabalhistas e da previdência, a redução de investimento nas políticas sociais (renda mínima, moradia, saúde, educação), a precarização do trabalho e a deteriorização das condições de vida da população são definidas pela crise sem que haja perspectiva de superação definitiva. Segundo Chesnais (2018, p. 30), “a duração da crise, seus efeitos e a ausência de outra perspectiva, além de uma quase estagnação, alimentam e são agravadas por uma crise ideológica e cultural multiforme”.

Observa-se, assim, que a atual pandemia agrava uma situação anterior de crise econômica, política e social gerada pelas próprias condições do sistema capitalista monopolista, financeiro e internacional. Balizada pela ideologia fatalista do “fim da história”, a crise permanente se traduz justamente na legitimidade da exploração cada vez maior dos trabalhadores.

O pragmatismo pós-moderno não só combateu toda forma de utopia como também legitimou a ordem social vigente como a única possível. O agravamento da condição de vida da população vem se desenhando de forma contínua ao longo dos anos e é composto por vários fatores. O corte nas políticas sociais realizado por meio da redução de investimentos em diversos programas sociais<sup>3</sup> afeta de diferentes maneiras parte da população mais vulnerável de nosso país. O ataque contínuo aos serviços públicos também atinge de forma mais profunda a população mais carente, principalmente, nos setores da saúde, que teve uma perda de 20 bilhões desde 2016 (COLLUCI, 2020), e da educação, com queda de 56% no investimento nos últimos quatro anos (MAZIEIRO, 2019).

A degradação das condições de trabalho, que acontece tanto nos setores públicos quanto privados, sendo ainda mais grave nesse último, transcorre, sobretudo, a partir das mudanças geradas pelas últimas reformas trabalhistas (realizadas em 2017 e 2019). Relacionando-se não só à perda de benefícios como também ao adoecimento mental dos trabalhadores e ao aumento do assédio e afastamento do ambiente de trabalho, tal degradação está diretamente associada ao modo como se estrutura o próprio trabalho em uma sociedade capitalista:

Por fim, diante do apresentado, concluímos ser a degradação do trabalho algo inerente à sociabilidade capitalista, que, desde a sua origem até a contemporaneidade, tem refinado sua capacidade de exploração, a fim de possibilitar os meios necessários de sua existência, mediante diminuição do padrão de vida do operariado, desvalorização profissional, diminuição dos salários e direitos trabalhistas, desestruturação da família, agravamento do pauperismo e criminalidade, aspectos que têm contribuído cada vez mais para a degradação do trabalho e do trabalhador na atualidade e, por consequência, colocado em risco a própria existência humana (ALENCAR, 2018).

3 Diversos programas sociais sofreram redução de investimentos ao longo dos anos, dentre eles citam-se: Programa de Aquisição de Alimentos, Farmácia Popular, Pronatec, Água para Todos, Ciência sem Fronteiras, Bolsa Família, Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, Minha Casa Melhor, Fies (Resende; Brant, 2019).

O aumento da exploração sobre os trabalhadores na busca pela apropriação máxima do lucro, a ampliação do desemprego (BARROS, 2020), a deterioração dos salários<sup>4</sup>, o crescimento do trabalho informal, a extrema desigualdade social, onde “1% mais rico concentra 28,3%, ou quase um terço da renda total do país [...]” (FIOCRUZ, 2019), agravados pela concentração da renda em nosso país<sup>5</sup>, tudo isso vem sendo justificado e aprofundado pelo cenário de crise econômica, política e social que atravessamos, com o agravante dos efeitos da pandemia da Covid-19, que recai de maneira ainda mais contundente nas populações mais pobres e marginalizadas.

A política de quarentena aplicada no país, sem a garantia de uma segurança social mínima<sup>6</sup>, que obrigou o fechamento do comércio em geral, proibiu o trabalho dos ambulantes e deixou faxineiro/as e empregado/as doméstico/as desempregado/as, dentre inúmeras outras fontes de renda de uma população sem escolarização o suficiente para inserção em um mercado de trabalho formal que lhes desse mais garantias de sobrevivência, levou uma multidão de trabalhadores(as) a escolher entre o isolamento social e a submissão de sua saúde a condições cada vez mais precárias de trabalho, conforme afirma Martins (2020, p. 3):

O cenário se apresenta trágico: desemprego em alta, precariedade do trabalho, salário achatado, desindustrialização, etc. Em meio a tantas incertezas, uma certeza: enquanto persistirem estes padrões de desigualdade, são os trabalhadores, suas famílias e comunidades que vão sucumbir à COVID-19. Estão sendo empurrados a uma escolha perversa e mentirosa entre a atividade econômica, assegurando o alimento, ou o isolamento social, garantindo a sobrevivência.

Enquanto o monopólio de imprensa procura consolidar a ideia de uma unidade nacional contra o vírus e ensina exaustivamente a população a lavar as mãos (encaminhando a questão com responsabilização individual), “35 milhões de brasileiros ainda não têm água tratada” e “48% da população brasileira ainda não têm coleta de esgoto” (AGÊNCIA SENADO, 2019).

Nesse cenário, é plausível considerar o sabonete como um artigo de luxo, uma vez que quase metade da população global (3,4 bilhões de pessoas) vive abaixo da linha da pobreza (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2018). De acordo com Bello (2017),

---

4 De acordo com a Constituição de 1988, art. 7º, Inciso IV, o salário mínimo dos trabalhadores urbanos e rurais deveria ser “capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim” (BRASIL, 1988). O DIEESE aponta que os valores do salário mínimo sofrem reajustes abaixo da inflação e estima que o valor do salário mínimo (atualmente estabelecido em R\$ 1.045,00) necessário para atender aos preceitos constitucionais seria próximo a R\$ 4 mil.

5 Segundo o IBGE (2020), “Em 2019, o rendimento médio mensal real do trabalho do 1% da população com os rendimentos mais elevados era de R\$ 28.659, o que corresponde a 33,7 vezes o rendimento dos 50% da população com os menores rendimentos (R\$ 850)”.

6 O infimo auxílio emergencial e a parca distribuição de cartões alimentação ou cestas básicas se mostraram políticas morosas e insuficientes; além de não atenderem a boa parte da população, ainda a submeteram a aglomerações, como as filas que se formaram à frente de agências da Caixa Econômica Federal (CEF).

Segundo o Censo 2010 do IBGE, o Brasil tinha cerca de 11,4 milhões de pessoas morando em favelas<sup>7</sup> e cerca de 12,2% delas (ou 1,4 milhão) estavam no Rio de Janeiro. Considerando-se apenas a população desta cidade, cerca de 22,2% dos cariocas, ou praticamente um em cada cinco, eram moradores de favelas.

Além das condições precárias de moradia, essa população ainda enfrenta os desafios da violência do Estado travestida de combate ao tráfico de drogas. Segundo Carvalho (2020, p. 1), “a normalização do massacre político envolve a formulação de uma política de massacres”, estratégia das elites dominantes para garantir a continuidade de seu comando.

O estado do Rio de Janeiro registrou um óbito decorrente de ação policial a cada quatro horas, mesmo com a pandemia do novo coronavírus, vitimando, mais de uma vez, os moradores de comunidades durante ações de solidariedade, que consistiam na distribuição de cestas básicas<sup>8</sup>. Somente no mês de abril foi registrado um aumento de 43% no número de mortes provocadas pela polícia no Rio de Janeiro. Esses números não só demarcam uma política de genocídio como desmascaram que a principal preocupação do estado neste momento de pandemia não é a de preservar vidas (BARBON, 2020).

A chegada da pandemia ao Brasil não só faz com que os problemas sociais precedentes sejam mais visíveis como reforça a injustiça, a desigualdade, a discriminação e a exclusão social. Atinge, de maneira ainda mais contundente, direta ou indiretamente, os grupos sociais que já apresentavam vulnerabilidade anterior à ocorrência da pandemia, como as mulheres, a população negra, os trabalhadores informais, a população de rua, os moradores de favela, refugiados, imigrantes, deficientes, idosos, detentos, crianças etc.

## **A MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA: ALTERNATIVA PELO AUMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE**

O alastramento descontrolado do novo coronavírus, consequência não só do modo de vida globalizado como também da falta de políticas eficientes de saúde, revela que a preocupação primordial dos governantes diz respeito aos mercados e à gestão dos lucros.

Se a pandemia pode ser considerada uma resposta do planeta à devastação e degradação sem limites, as políticas ineficientes e até mesmo predatórias, como o ataque a instituições e a investigações científicas e a divulgação de falsas notícias (chamadas *fakenews*) relacionadas aos cuidados e riscos relativos à doença por membros do alto escalão do poder, podem ser consideradas políticas não apenas ingênuas ou irresponsáveis como deliberadamente genocidas. Segundo Moreira (2020, p. 1), apesar de incômodas, as declarações não soam inusitadas, pois vão ao encontro das exigências do mercado: “O

7 De acordo com Bello (2017), para efeito do censo do IBGE 2010, as favelas recebem a denominação de ‘aglomerados urbanos’.

8 João Vitor, 18 anos, Cidade de Deus, e Rodrigo Cerqueira, 19 anos, Providência, em 20 e 21 de maio, respectivamente.

discurso do presidente Jair Bolsonaro na noite de 24 de março foi o cântico de morte de uma melodia genocida, mas não tem nada de estranho. Ele apenas fez o que o capital reclama: o sangue e a vida de seus explorados”.

Junto à crise sanitária, que coloca em risco a vida das pessoas, inúmeras famílias se veem privadas dos direitos básicos garantidos na Constituição Cidadã (BRASIL, 1988), pois, à tragédia da Covid-19, soma-se um quadro de perdas de direitos trabalhistas<sup>9</sup>. No rastro dessas medidas, observa-se que, desde a suspensão das aulas presenciais, em 16 de março, diferentes escolas (principalmente as particulares) e as secretarias de educação do Rio de Janeiro (municipal e estadual) têm atuado no sentido de constranger os profissionais da educação de todas as etapas do ensino (do berçário ao ensino médio) a adotar um projeto de ensino a distância (EaD) como forma de garantir uma normalidade aparente.

Em meio a protestos formulados por docentes e famílias, as secretarias de educação passam a adotar a terminologia “ensino remoto” no lugar de “ensino a distância”, modalidade de ensino que exige estrutura e metodologia específicas. O “ensino remoto” ou a divulgação de “atividades remotas”, que tem acontecido em diferentes suportes tecnológicos, inclusive por meio de redes sociais e perfis particulares dos professores, porém, tem seguido os princípios das aulas presenciais. Muitas vezes, são realizadas nos horários das aulas, mantendo as crianças *online* durante esse período, usando o suporte de leitura textual, lousa etc., sendo sua semelhança com a modalidade de ensino a distância restrita à mediação por aparelhos tecnológicos. A adoção de tal política vem sendo denunciada pela comunidade escolar como excludente, precarizadora do trabalho docente e que rebaixa a qualidade da educação.

Como medida de segurança pública, a determinação da quarentena não significa ociosidade para a maioria dos trabalhadores. Por meio da adoção compulsória do trabalho remoto, tem o significado de superexploração, principalmente no caso de profissionais de educação. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), colhidos no Censo Escolar da Educação Básica de 2007 (BRASIL, 2009), 81,6% dos profissionais da educação básica são mulheres<sup>10</sup>.

Além de lidar com trabalho doméstico<sup>11</sup>, filhos e cuidados com os doentes, muitas mulheres ainda são vítimas de violência doméstica, cujo aumento tem se verificado em escala global nesse período de isolamento social.

A prática do chamado *home office* na educação foi imposta sem diálogo, sem regulamentação e sem oferecer as condições mínimas necessárias para sua implementação

9 Entre eles, citam-se: redução da jornada de trabalho e salários; suspensão de contratos vigentes; prática de *home office*; antecipação de férias e férias coletivas; acordos unilaterais; antecipação de feriados, além do relato de criação de banco de horas a serem compensadas futuramente.

10 Percentual que cresce ainda mais, se considerarmos, separadamente, as modalidades dos anos iniciais (91%), pré-escola (96%) e creche (98%) de docentes femininas.

11 O trabalho doméstico, que se caracteriza por ser infinito, invisível e não remunerado, representa, segundo a ONU Mulheres (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2017), até 39% do produto interno bruto (PIB) dos países.

(além da falta de capacitação, sobre os profissionais recaem os custos de suas próprias “aulas”, como internet, eletricidade, aparelhos adequados etc.). Além disso, o formato das aulas em plataformas digitais garante o registro da imagem dos docentes e dos conteúdos trabalhados, o que, além de poder ser apropriado pelas instituições e plataformas, tirando proveito da capacidade criativa do professor, pode também ser usado na perseguição ideológica a esse profissional.

Desde o surgimento do movimento Escola Sem Partido, que alega defender um ensino “neutro”, mas luta por garantir a hegemonia do ideário conservador construído e difundido pelos aparelhos ideológicos do Estado, que cunhou expressões como “doutrinação ideológica”, “ideologia de gênero” e “marxismo cultural”, a perseguição a escolas, universidades e docentes vem se agravando. Chegou-se ao ponto de a ministra de Direitos Humanos Damares Alves anunciar, em novembro de 2019, um canal direto com o governo federal para que “os pais de alunos possam reclamar de professores que, durante as aulas, atentem ‘contra a moral, a religião e a ética da família’” (ESTADÃO CONTEÚDO, 2019). Dessa forma, sujeita os profissionais à exposição pública e fere a autonomia docente, proporcionando maior facilidade em relação ao controle político e pedagógico de conteúdos.

Em virtude do isolamento social, o teletrabalho aparece como solução tanto para manter as atividades em um cenário de reclusão como para assegurar certa produtividade mínima para as empresas. Entretanto, pergunta-se: todos os trabalhadores podem teletrabalhar? É evidente que não, pois depende tanto do tipo de atividade quanto das condições de trabalho e de *habitat* que esses trabalhadores tenham. Assim, o teletrabalho se apresenta como elemento que pode aumentar a precariedade e as desigualdades sociais e trabalhistas (VOMMARO, 2020).

O trabalho remoto, muitas vezes, ultrapassa a carga horária de serviço preestabelecida, sendo executado em diferentes horas do dia e em qualquer dia da semana, mantendo os indivíduos em constante estado de tensão e alerta, além da sobrecarga de tarefas – ao se acumular com as diferentes funções da vida cotidiana, acarreta precariedade e violência à saúde física e mental, principalmente das trabalhadoras da educação.

Definir tal modalidade como política educacional pública, que substitui os dias letivos, fere os princípios de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (inciso I do art. 206 da Constituição Federal) (BRASIL, 1988), direito reafirmado no inciso I do art. 3º da Lei nº 9394 (BRASIL, 1996), já que nem todos os estudantes possuem condições de praticar o ensino remoto, além de colocar em risco o direito garantido pelo inciso VI do art. 3º da Lei nº 9394/96, que garante a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”, uma vez que não oferece as condições de acesso para os estudantes. Do mesmo modo, não se observa a preocupação com a “garantia de padrão de qualidade” da educação, garantida pelo inciso IX do art. 3º dessa mesma lei.

Conforme nos assegura Vommaro (2020, p. 4; tradução nossa),

[...] nem todos os estudantes têm as mesmas condições e possibilidades de assumir as tarefas escolares em casa. Desiguais são as condições habitacionais, as possibilidades dos pais de acompanharem os exercícios, os recursos tecnológicos, o acesso a materiais, os envios por parte das escolas. [...] As desigualdades educativas são também experimentadas pelos docentes, que se expõem a exigências maiores e a um gasto de recursos próprios que quase nunca são reconhecidos ou recompensados.

Dessa forma, a implementação do ensino remoto por meio de políticas públicas não só precariza as condições do trabalho docente como fere a concepção do direito universal à educação, o que expõe a condição excludente dessa nova prática nos moldes em que esta se desenvolve. Grande parte dos estudantes se encontra preocupada com a garantia da vida para si mesmo e seus familiares. Muitos se encontram em situação de vulnerabilidade social (fome, miséria) e sequer possuem aparelhos com recursos mínimos para acesso às tecnologias e redes de internet, sem citar a falta de espaços domésticos adequados à realização dos estudos. A política de “redução de danos” adotada pelos governos para minimizar a perda de conteúdos pedagógicos hierarquiza as oportunidades de ensino na rede e prejudica justamente a parcela historicamente mais negligenciada da população.

Entretanto, a insistência quanto à implementação do ensino remoto na rede pública se torna compreensível mediante a entrada em larga escala do setor privado na educação pública. Além das diversas assessorias e formações que vêm sendo oferecidas por diferentes grupos empresariais, plataformas ligadas a megacorporações (Google Classroom na rede estadual e Microsoft Teams na rede municipal) foram adotadas pelas secretarias de educação do Rio de Janeiro como salas de aula virtuais.

A transformação da educação enquanto objeto de interesse do grande capital corresponde não só a uma demanda específica do mercado propriamente dito como também a uma iniciativa ideológica relacionada aos meios de reprodução da vida social. De acordo com Grossi, Gasparotto e Vieira (2014, p. 5),

A privatização das políticas sociais transcende a política de educação, embora tenha maior incidência sobre tal política pública. Resulta de um processo de redução do Estado e dos investimentos indispensáveis à materialização de direitos sociais. Seu significado vai além da dimensão econômica de redução do que se denomina “gastos sociais” – que aqui se compreende como investimento –, representando a implantação de um projeto societário cunhado pelos segmentos dominadores da sociedade, portanto, visando à defesa de seus interesses, buscando a legitimação de sua ideologia e a permanente e mesmo perpétua subsunção do conjunto dos trabalhadores aos seus interesses, mais precisamente, a reprodução ampliada de seu capital.

A disputa pelas políticas públicas brasileiras no âmbito educacional que já acontecia, neste momento avança a passos largos por meio da implementação da modalidade de ensino remoto tanto em escolas privadas quanto públicas. O movimento “Todos pela Educação” e o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) explicitam o interesse

dos grandes grupos econômicos e sua articulação e influência sobre o poder público na área da educação<sup>12</sup>.

A modalidade de ensino remoto que já vinha sendo preparada para as redes públicas (vide os contratos com datas anteriores ao evento da pandemia do coronavírus) encontra neste momento crítico o argumento para sua oficialização permanente. Conforme indicações do Banco Mundial realizadas durante a crise da pandemia para os países da América Latina e Caribe, a adoção do ensino a distância é uma política a ser aplicada em longo prazo pelas redes públicas de educação: “Em termos pedagógicos, é crucial avaliar quais práticas do ensino a distância podem ser mantidas, se beneficiando da estrutura posta em funcionamento durante a pandemia” (WORLD BANK GROUP, 2020). Dessa forma, o “ensino remoto” se torna a chave para a adoção permanente de EaD nas escolas públicas.

A dificuldade de acesso da população aos aparatos tecnológicos, aliada à falta de estrutura e de formação dos professores, não é vista como empecilho para a prática do ensino remoto. Pelo contrário, empresários organizados em diferentes grupos vêm oferecendo um trabalho já sistematizado, que objetiva apresentar respostas e soluções que apontam para a necessidade de se contratar empresas para sanar esse problema.

Assim como a crise econômica em um cenário de precarização e exploração, a alternativa pelo ensino remoto parece se apresentar como o “novo normal”. No bojo da crise, o professor volta a ser transformado em mero transmissor de conteúdos, perdendo a sua condição de intelectual produtor do conhecimento escolar, o que o torna refém do controle político das disciplinas, e, embora não repudie a utilização das novas tecnologias na educação, teme sua substituição por elas.

## ENSINO REMOTO E EDUCAÇÃO INFANTIL

Se o ensino à distância ou ensino remoto se caracterizam como formas excludentes e inadequadas para a educação básica em geral, tal cenário se agrava ainda mais no caso da educação infantil, sendo não só impraticável, uma vez que a educação das crianças de até cinco anos e onze meses é reconhecidamente de natureza interacional, como também ilegal, conforme o art. 8º do Decreto nº 9057 (BRASIL, 2017).

No entanto, diante da pandemia da Covid-19 e da urgente necessidade de proteger as crianças e aqueles que convivem com elas, creches e pré-escolas foram também fechadas. Com isso, redes de ensino públicas e privadas passaram a transferir as prerrogativas da educação formal de bebês e crianças – que deveria ser realizada em espaços não domésticos e cuja finalidade é o desenvolvimento integral dos educandos

<sup>12</sup> Apesar de se declarar “independente, plural e decisivo”, o movimento “Todos pela Educação” é composto por cerca de 30 grupos empresariais, entre mantenedores e apoiadores, representados por organizações como Fundação Bradesco, Gol, Instituto Natura, Fundação Lemann, Itaú Social, Fundação Roberto Marinho. Em sua fluente comunicação com as grandes mídias, apresenta análises e soluções para a escola pública. Por sua vez, o CIEB (também composto por grupos como o Instituto Natura, Fundação Lemann, Itaú Social, The Boston Consulting Group etc.) já oferece produtos e ferramentas, principalmente na área do ensino a distância.

– para as próprias famílias e para o espaço doméstico. A esse respeito, as “Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil” (BRASIL, 2010, p. 12) afirmam que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, sendo oferecida em creches e pré-escolas, “as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade”.

Por meio da implementação das “atividades remotas”, permeada por um discurso de “não obrigatoriedade”, mas exercendo pressão sobre profissionais e famílias, as redes de educação incorrem não só em arbitrariedade e assédio como também na própria caracterização inconstitucional da ação e, portanto, ilegal da prática da educação infantil a distância e, em decorrência, implementam também a educação doméstica.

É sabido que o manuseio de aparelhos tecnológicos com autonomia por crianças pequenas, em muitos casos, não só é impossível como também não é recomendado. Isso se deve não apenas a uma questão cognitiva como também pelo risco de exposição a conteúdos impróprios e indicação medicinal. Ao incentivarem o uso de tecnologias na pequena infância, as redes de educação desconsideram os diversos problemas de saúde apontados pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) como decorrentes do uso desses aparelhos, incluindo miopia, dependência digital, irritabilidade, ansiedade, transtornos do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), transtornos do sono e de alimentação e outros (SBP, 2019).

Além do uso das telas para as aulas, as atividades remotas na educação infantil que vêm sendo propostas por educadores/as das diferentes redes exigem não só certa organização do espaço – o que desconsidera o contexto de vida dessas famílias – como também que seu preparo e manipulação sejam responsabilidades dos pais, além de supervisão/orientação às crianças. Tal configuração incorre não só em EaD, como também na implementação da educação domiciliar.

O currículo da educação infantil, como definido nas DCNEIs, não é baseado em conteúdos, mas voltado às experiências que as crianças vivenciam a partir de situações educativas organizadas em um espaço coletivo, desenvolvidas pela escuta sensível de educadores(as), o que não se aplica nem à EaD nem à educação de âmbito familiar. A EaD ignora que interações e brincadeiras são os eixos estruturantes da educação infantil e permanece, de modo geral, apresentando uma proposta conteudista e descolada da realidade das famílias. Desconsidera, ainda, que a educação escolar se diferencia do contexto domiciliar pelo processo de mediação sociocultural que é próprio do espaço escolar, que possui uma série de características impossíveis de se reproduzirem no âmbito doméstico. Ou seja, a EaD ou o ensino remoto na educação infantil é uma política inconstitucional, ilegal e impraticável, que fere a categoria dos profissionais da educação infantil em suas atribuições e desrespeita as crianças em suas especificidades.

Além disso, o problema da exclusão concernente à EaD não é atenuado na educação

infantil; pelo contrário, se agrava. Muitas vezes as crianças pequenas precisam “disputar” o uso dos aparelhos tecnológicos (às vezes, um celular por família) com os responsáveis e os irmãos mais velhos que também estão passando pela dificuldade em acompanhar os conteúdos remotos.

Trata-se, assim, de uma proposta de ensino que não é possível para todos e, portanto, reafirma e aprofunda as desigualdades já existentes. Isso se deve não só à falta de condições de acesso à tecnologia ou disposição de materiais para as tarefas propostas como também ao contexto familiar específico que muitas crianças vivenciam nesse período, em muitos casos, lidando com a doença e a morte provocadas pela epidemia, com a precariedade e a fome, ou mesmo com problemas de violência doméstica que incidem não só sobre a mulher, mas, talvez, primeiramente sobre as crianças.

O papel da escola neste momento é desafiado pelo contexto da pandemia. A insistência em seu caráter conteudista esbarra em sua ineficiência diante das dificuldades da vida dos estudantes. Na mesma medida, a preocupação com o ano letivo diante da urgência da fome e da morte se torna um vazio burocrático.

Por outro lado, apresenta-se neste momento a necessidade de manutenção do vínculo afetivo e de acolhimento às famílias e crianças. As funções pedagógicas precisam ser atravessadas pelo exercício da escuta. Conhecer, compreender e atuar no sentido do afeto envolve ouvir suas dúvidas, angústias e expectativas, o que é muito mais urgente do que a necessidade de lotar caixas postais virtuais com atividades de conteúdo duvidoso.

A escuta às crianças é essencial e se faz mais importante em momentos como este. Primordialmente, elas precisam ter com quem conversar e devem se sentir confortáveis para falar de seus medos, preocupações, anseios, saudades, expectativas etc. Desde o início da pandemia, a integração das crianças nas atividades cotidianas tem sido largamente aconselhada. Entretanto, essa integração não deve ser vista como atribuição do trabalho doméstico a elas, mas como uma possibilidade de fazê-las compreender melhor o funcionamento da rotina e dos afazeres domésticos necessários para manutenção da vida. Trata-se de uma oportunidade de elas investigarem, juntamente com os familiares, o funcionamento de máquinas ou ferramentas que estiverem à disposição da família (máquina de lavar roupa, computador, televisão, rádio etc.), as possíveis instalações (rede hidráulica, elétrica, gás etc.), apropriem-se de processos de transformação química e física (na culinária) e muitos outros, desenvolvendo, dessa forma, conhecimentos ligados a ciência, sociedade e tecnologias.

Entretanto, essa integração não é importante apenas pelo caráter cognitivo que efetivamente possui. A partir dela, a criança passa a se perceber enquanto membro ativo do grupo social a que pertence. Ou seja, através da condição de participante e reprodutora da vida, a criança se conscientiza de seu papel social.

A esse respeito, Arata (2020, p. 3) nos informa que:

Se o grande inimigo a ser vencido nas salas de aula é o achatamento burocrático do saber preestabelecido, diante das telas o desafio é deixar de lado uma obsessão pelas tarefas e avaliações para orientar o esforço em construir um vínculo em torno de aprendizagens que valham a pena.

Em todos os tempos, é prerrogativa da educação infantil respeitar a integridade das crianças, o seu direito a brincar como atividade fundamental, assim como o direito a se expressar. Direitos reconhecidos e garantidos por lei que pouco se realizam na concretude dos cotidianos infantis mesmo antes do isolamento. É, por isso mesmo, que a reflexão sobre o papel da educação infantil em tempos de pandemia se torna tão necessária e não deve ser esgotada sem o questionamento sobre a escola que já existia antes da pandemia e aquela que queremos.

A reinvenção da escola e da educação infantil não vai acontecer apenas por meio do uso de novas tecnologias e, sim, por uma mudança nos modos e objetivos de fazer educação. Passa, necessariamente, pela participação das crianças nesse processo, não como uma forma de legitimar o que se pensa para elas, como pela necessidade de se construir com elas o que a elas diz respeito.

## **PROPOSIÇÕES PARA UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Educar é diferente de ensinar. Embora não se oponha a este, o ato de educar envolve o ensino e vai além dele. Enquanto o ensino se ocupa dos conhecimentos formais, educar envolve “promover a capacidade de ler a realidade e de agir para transformá-la, impregnando de sentido a vida cotidiana” (PAULO FREIRE apud ASSUMPÇÃO, LANDGRAF, PRETURLAN, 2009, p. 87).

A conscientização possibilita ao sujeito inserir-se no processo histórico e envolve a necessidade de não se acomodar diante dos desafios de uma sociedade desigual, injusta e opressora. A mera transmissão de conhecimento é alienante por si só e impede o desenvolvimento da consciência crítica, pois é o ato criativo, que se inscreve na compreensão da realidade à sua volta, que permite a transformação dessa realidade. Descobrir-se enquanto sujeito agente, social, histórico, capaz de transformar a realidade e não só compreendê-la, é parte de uma educação libertadora. O conteudismo, tão valorizado em tempos de pandemia, constitui-se na realidade como excelente recurso para manutenção da ordem opressora estabelecida. O educando é colocado em posição de total ignorância. O processo de depósito, inculcação e memorização não só garante a transmissão básica dos conceitos necessários à reprodução do trabalho como preserva a cultura do silêncio, favorece a situação de opressão e exploração e afasta os educandos da percepção de sua condição no mundo.

O conhecimento do mundo não pode ser construído a partir de mera exposição de conteúdos a serem memorizados pelos educandos. O ensino escolar compartimentado,

frio, separado da vida real esteriliza a capacidade criativa de leitura do mundo, inibe o pensamento-ação dos educandos sobre sua realidade e sobre si mesmos. A ideia da educação realizada por aquele que tudo sabe para aqueles que nada sabem concretiza nos educandos seu papel de espectadores da história. O conhecimento é práxis, é reflexão-ação, é um movimento de vida e não de suspensão da existência. Parte, assim, da conscientização dos sujeitos enquanto seres históricos recriadores do mundo:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção “bancária” da educação. Arquivados, porque, fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser. Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta destorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros (FREIRE, 1987, p. 33).

O fundamento da educação libertadora se distancia da especialização profunda de temas fragmentados, mas acontece no movimento dialógico de vida – o diálogo como o encontro dos sujeitos no mundo se potencializa enquanto ato de criação. Pronunciar o mundo, a existência, é modificá-lo perante si mesmo. Para Freire (1987, p. 78), o diálogo não é a luta por imposições de ideias, não é o triunfo de um sobre o outro ou o convencimento do educador sobre o educando, mas a produção coletiva de saberes que envolvem a conquista do mundo: “A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro. Conquista do mundo para a libertação dos homens”.

Essa conquista do mundo é o oposto da acomodação, da adaptação, da necessidade de se ajustar ao que está determinado, mas caminha no sentido da libertação, da recriação, da integração de si mesmo com os outros, com o mundo à sua volta. É na luta constante contra a opressão, construindo conhecimento, que o sujeito se apropria, domina a realidade, “vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor” (FREIRE, 1967, p. 43). A educação enquanto prática da liberdade envolve necessariamente a criticidade, a realização do indivíduo enquanto sujeito formador de épocas, criador de cultura, participante ativo de sua realidade histórica, que cria, recria e decide sobre o mundo.

Por isso a importância de a educação ser garantida no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) não como direito à formação para o mundo do trabalho, mas como direito intrínseco, essencial, que possibilita aos sujeitos históricos a conquista do mundo. Segundo o PNDH, “a educação é compreendida como um direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos” (BRASIL, 2018, p. 12). Dessa

forma, a educação deve assegurar a todos o acesso à participação efetiva no processo de construção de uma sociedade que seja verdadeiramente livre.

Essa participação não pode ser limitada por qualquer característica, seja de classe social, gênero, raça, etnia ou mesmo questão geracional. As crianças não podem ser tomadas como um projeto de pessoa, mas por alguém que elas já são e, por essa razão, merecedoras do respeito que é devido na mesma medida a todas as pessoas (DALLARI, 1986, p. 21).

A Convenção sobre os Direitos da Criança (BRASIL, 1990) tem particular importância nesse processo, principalmente no que se refere ao reconhecimento não só de todos os direitos como também de todas as liberdades inscritas na Declaração dos Direitos Humanos. A referida convenção, no inciso 1º de seu art. 13, determina que “A criança terá direito à liberdade de expressão. [...]”; já no art. 14, inciso 1º, consta que “Os Estados Partes respeitarão o direito da criança à liberdade de pensamento, de consciência e de crença”; enquanto o inciso 1º, do art. 15, garante que “Os Estados Partes reconhecem os direitos da criança à liberdade de associação e à liberdade de realizar reuniões pacíficas” (BRASIL, 1990).

Dallari (1986, p. 32) defende que o direito de pensar é imprescindível para que seja possível criar, acrescentando que este é um dos dons mais extraordinários da humanidade. Valoriza, assim como Paulo Freire, a prática do diálogo e a defende contra a tentativa de anulação e marginalização da criança na vida social:

Proporcionar à criança um comportamento que estimule sua inteligência e protegê-la de tudo o que possa contribuir para que ela deixe de pensar é ajudá-la a descobrir o mundo, mas descobri-lo com seus próprios olhos, podendo ver muitas coisas que outros não viram. A criança deve ter o direito de pensar sem a imposição de ideias e recebendo apoio para fazer suas descobertas e iniciar a exploração do mundo dos conhecimentos.

Embora possa parecer difícil impedir uma pessoa de pensar, o controle sobre o pensamento infantil ocorre ao mesmo tempo em que se restringe o direito da criança a viver sua vida. Para Dallari (1986, p. 54), “o direito de viver só existe quando se dá à criança a possibilidade de participar da vida”. Por meio do pretexto de educar, o adulto intolerante e autoritário não tolera divergências ou diferenças, impõe sua maneira de pensar e tolhe o direito de viver, reproduzindo e transmitindo preconceitos, impossibilitando que a criança desenvolva sua própria escala de valores, livres e conscientemente fixados. Segundo ainda esse autor (op. cit., p. 55), “viver é participar da vida, é acrescentar alguma coisa à criação, é imprimir sua marca no mundo criado. O direito de viver só existe para quem tem todas essas possibilidades”.

Além do diálogo, o ato de criar pressupõe tempo livre e esta é uma das questões que o isolamento social neste momento de pandemia vem trazer à tona como um problema. O ócio, tão odiado por uma sociedade que considera que “tempo é dinheiro”, em que a

lógica da produtividade se impõe diante de todas as esferas da vida, apresenta-se como a oportunidade de desenvolver sua criatividade. O tempo livre, o tempo em família e a oportunidade do livre brincar podem ser vistos como algo precioso na vida das crianças.

Para Dallari (1986, p. 54),

A preocupação com a proteção da criança não deve servir de pretexto para a anulação de sua criatividade, assim como a indiferença pela criança não pode ser confundida com o respeito por sua liberdade.

Uma educação que esteja em consonância com os direitos humanos deve ir além da preocupação com conteúdos, de uma aprendizagem meramente cognitiva, e precisa incluir o desenvolvimento social e emocional dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. A mudança do paradigma economicista, consumista e tecnicista na educação para uma prática dialógica é condição fundamental para aqueles que almejam uma sociedade mais justa, incluyente e sustentável. A proposta por uma educação infantil democrática, emancipadora, criativa e que caminhe junto com a humanidade na direção da libertação das agruras sociais não pode ser vista como “uma solução” para os tempos de pandemia, mas como uma longa trilha que muitos antes de nós já começaram a galgar.

A resposta que a sociedade busca encontrar no ensino a distância para uma situação inédita criada na área da educação, que é a crise sanitária, econômica, política e social gerada e aprofundada pela disseminação da Covid-19, não pode ser dada sem o envolvimento das comunidades escolares como um todo.

Nesse contexto, não se pode esquecer das lições da educação popular nem ser subestimado o ódio dos dirigentes máximos de nossa sociedade por aquele que é considerado o patrono da educação em nosso país. Como figura proeminente na luta contra a sociedade dividida entre opressores e oprimidos, Paulo Freire (1987) nos aponta, em “Pedagogia do oprimido”, não só a crítica a uma educação bancária, que consiste em depósitos acrílicos de fragmentos do conhecimento legitimado pela classe dominante de nossa sociedade sobre os educandos, como afirma uma nova forma política de fazer educação.

Para Kohan (2019, p. 20), “o que está em jogo não é só um modelo de ensino, mas uma relação pedagógica que não tem a ver apenas com as instituições de ensino, mas com relações de poder que se exercem em diversos âmbitos do campo social”.

## CONCLUSÃO

A educação, como processo sócio-histórico, não pode ser compreendida à parte das relações sociais. É nesse sentido que a finalidade da educação envolve compromisso com a mudança social.

Contra o discurso da “neutralidade” da ciência, tão em voga atualmente e encorpado

por movimentos como “Escola sem Partido”, Freire já alertava se tratar apenas de um compromisso no sentido antagônico ao da educação como prática da liberdade:

A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso. Este medo quase sempre resulta de um “compromisso” contra os homens, contra sua humanização, por parte dos que se dizem neutros. Estão “comprometidos” consigo mesmos, com seus interesses ou com os interesses dos grupos aos quais pertencem. E como este não é um compromisso verdadeiro, assumem a neutralidade impossível (FREIRE, 1983, p. 20).

O ensino meramente conteudista ou tecnicista tende a ser restritivo, castrador e estéril. Não possibilita que os educandos sejam eles mesmos, inibe os sujeitos, impede-os de realizar ações criativas, cerceia o ímpeto criador. Não é “neutro”; longe disso: tende a domesticar os sujeitos, restringindo-os a planos estranhos aos seus interesses, alienando-os de si mesmos. É uma prática colonizadora, onde o papel decisório é continuamente repellido aos educandos. Enquanto os opressores prescrevem suas determinações sobre o povo, os oprimidos precisam lutar para que possam criar suas próprias soluções, para participar do poder. Desenvolver uma consciência crítica é fundamental para que se torne possível transformar a realidade:

Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões (FREIRE, 1967, p. 43).

Para que a educação possa se constituir em função de sua missão libertadora, ainda que seja em tempos de pandemia e isolamento social, é necessário garantir o vínculo entre educadores e educandos; é fundamental que a prática do diálogo entre os sujeitos da comunidade escolar não seja perdida.

A urgência mercadológica do ensino a distância que as entidades civis organizadas em torno de empresários procuram impor neste momento como solução pronta para toda a educação básica (pública e privada) deve ser analisada e compreendida de maneira crítica, reflexiva e em diálogo com os estudantes e suas famílias. A lição de Paulo Freire e da experiência da Educação Popular com ênfase nos Direitos Humanos nos permite concluir que uma educação democrática, seja durante a pandemia, no retorno às aulas presenciais, ou em qualquer outro momento histórico, que atenda verdadeiramente aos interesses de educandos e educadores não pode ser desenvolvida sem que essa troca criativa, potente e transformadora seja realizada.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Brasil tem 48% da população sem coleta de esgoto, diz Instituto Trata Brasil. **Senado Notícias**, 25 set. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/25/brasil-tem-48-da-populacao-sem-coleta-de-esgoto-diz-instituto-trata-brasil>>. Acessado em 02/06/2020.

ALENCAR, Rosa Emilia Machado de. A degradação do trabalho na sociedade capitalista: da origem à atualidade. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., Vitória, 2018. Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e serviço social. Vitória: UFES, 2018. **Anais...** Disponível em: <<file:///C:/Users/catar/Downloads/22385-Texto%20do%20artigo-64842-1-10-20181205.pdf>>. Acessado em 29/06/2020.

ARATA, Nicolás. Razones para reivindicar a esa vieja vaca sagrada llamada escuela. **CLACSO**, Buenos Aires, n. 69, p. 1-4, maio 2020. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20200527063340/69-Nicolas-Arata.pdf>>. Acessado em 20/06/2020.

ASSUMPÇÃO, Raiane.; LANDGRAF, Flávia Landucci.; PRETURLAN, Renata Barreto. Leitura de mundo na perspectiva freiriana: desafios contemporâneos da educação popular. In: ASSUMPÇÃO, Raiane. (Org.). **Educação popular na perspectiva freiriana**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

BARBON, Júlia. Mortes por policiais crescem 43% no RJ durante quarentena, na contramão de crimes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 maio 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/mortes-por-policiais-crescem-43-no-rj-durante-quarentena-na-contramao-de-crimes.shtml>>. Acesso em 29/06/2020.

BARROS, Alerrandre. Desemprego sobe para 12,2% e atinge 12,9 milhões de pessoas no 1º trimestre. **Agência IBGE Notícias**, Estatísticas Sociais. 30 abr. 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27535-desemprego-sobe-para-12-2-e-atinge-12-9-milhoes-de-pessoas-no-1-trimestre>>. Acesso em 29/06/2020.

BELLO, Luiz. Dia nacional da habitação: Brasil tem 11,4 milhões de pessoas vivendo em favelas. **Agência IBGE Notícias**, 21 ago. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/15700-dados-do-censo-2010-mostram-11-4-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-favelas>>. Acesso em 29/06/2020.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano nacional de educação em direitos humanos**. 3. ed. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm)>.

BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a convenção sobre os direitos da criança. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm)>.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm)>.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do censo escolar da educação básica 2007**. Brasília, DF: INEP, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC, SEB, 2010. Disponível em: <<https://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>>.

CARVALLO, Pelao. Contra la revuelta, enfermedad: de por qué los discursos eurocéntricos sobre el Covid-19 no sirven para Latinoamérica y el Caribe. **CLACSO**, Buenos Aires, n. 13, p. 1-3, mar. 2020. Disponível em: <<https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2020/03/Pelao-Carvalho.pdf>>. Acessado em 29/06/2020.

CEE-FIOCRUZ. Saúde e sustentabilidade: Brasil tem a segunda maior concentração de renda do mundo, diz relatório da ONU. 10 dez. 2019. Disponível em: <<https://cee.fiocruz.br/?q=node/1090>>. Acessado em 02/06/2020.

CHESNAIS, François. A crise econômica mundial sem fim, interpretação e consequências. **Fitos Perspectiva**, Rio de Janeiro, p. 29-46, 2018. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/20427>>. Acessado em 29/06/2020.

COLLUCI, Cláudia. Ajuste fiscal trouxe perdas de R\$ 20 bi à saúde em 2019, diz economista. **Folha de S.Paulo**, 3 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudiacollucci/2020/03/ajuste-fiscal-trouxe-perdas-de-r-20-bi-a-saude-em-2019-diz-economista.shtml>>. Acessado em 29/06/2020.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Os direitos da criança. In: \_\_\_\_\_; KORKZAK, J. **O direito da criança ao respeito**. São Paulo: Summus, 1986. p. 19-65.

DIEESE. Salário mínimo: pela manutenção da valorização! **Nota Técnica**, n. 218, 2019. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec218SalarioMinimo.pdf>>. Acessado em 29/06/2020.

ESTADÃO CONTEÚDO. Damares cria canal para denunciar professores “contra a família”. **Exame**, 20 nov. 2019. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/damares-cria-canal-para-denunciar-professores-que-vao-contra-a-familia/>>. Acessado em 29/06/2020.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GROSSI, Patrícia Krieger; GASPAROTTO, Geovana Prante; VIEIRA, Monique Soares. Mercantilização da política de educação: o processo de transformação do direito em mercadoria. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, edição XI; Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos. 2014. Rio Grande do Sul. **Anais...** Disponível em: <[http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8151/2/evento\\_004%20-%20Patr%C3%ADcia%20Krieger%20Grossi.pdf](http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8151/2/evento_004%20-%20Patr%C3%ADcia%20Krieger%20Grossi.pdf)>. Acessado em 29/06/2020.

IBGE. PNAD contínua 2019: rendimento do 1% que ganha mais equivale a 33,7 vezes o da metade da população que ganha menos. **Agência IBGE Notícias**, Estatísticas Sociais. 6 maio 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27594-pnad-continua-2019-rendimento-do-1-que-ganha-mais-equivale-a-33-7-vezes-o-da-metade-da-populacao-que-ganha-menos>>.

KOHAN, Walter. (Org.). **Paulo Freire, mais que nunca**: uma biografia filosófica. Belo Horizonte: Vestígio, 2019.

LANA, Raquel Martins *et alii*. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 3, mar. 2020. Perspectivas. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n3/e00019620/pt/>>. Acesso em: 02/06/2020.

MARTINS, Mônica. A pandemia expõe de forma escancarada a desigualdade social. **SECITEC**, Fortaleza, 25 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.sct.ce.gov.br/2020/04/25/a-pandemia-expoe-de-forma-escancarada-a-desigualdade-social/>>. Acessado em 2/06/2020. Acesso em: 02/06/2020.

MAZIEIRO, Guilherme. Em 4 anos, Brasil reduz investimento em educação em 56%; cortes continuam. **UOL Educação**, Brasília, 2 maio 2019. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/05/02/em-4-anos-brasil-reduz-investimento-em-educacao-em-56.htm>>. Acessado em 02/06/2020.

MOREIRA, Luís Gustavo Guerreiro. Coronavírus e biopolítica neoliberal. **CLACSO**, Buenos Aires, 27 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.clacso.org/coronavirus-e-biopolitica-neoliberal/>>. Acessado em 25/06/2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Banco Mundial**: quase metade da população global vive abaixo da linha da pobreza. 17 out. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/banco-mundial-quase-metade-da-populacao-global-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza/>>. Acessado em 02/06/2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Trabalho doméstico não remunerado representa até 39% do PIB dos países, diz ONU Mulheres. 6 mar. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/trabalho-domestico-nao-remunerado-representa-ate-39-do-pib-dos-paises-diz-onu-mulheres/>>. Acessado em 02/06/2020.

RESENDE, Thiago; BRANT, Danielle. **Bolsonaro faz cortes nas áreas social, cultural e trabalhista. Folha de S.Paulo**, 25 dez. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/bolsonaro-faz-cortes-nas-areas-social-cultural-e-trabalhista.shtml?origin=folha>>. Acessado em 02/06/2020.

SBP. **Manual de orientação #Menos Telas #Mais Saúde**. Rio de Janeiro: SBP, 2019. Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital (2019-2021). Disponível em: <[https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/\\_22246c-ManOrient\\_-\\_MenosTelas\\_\\_MaisSaude.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-_MenosTelas__MaisSaude.pdf)>. Acessado em 02/06/2020.

VESPA, Talyta. Em vez da idade, classe social passa a definir quem morre de Covid no país. **UOL**, São Paulo, 6 maio 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/06/no-brasil-covid-19-nao-mata-por-idade-mas-por-endereco-sugere-estudo.htm>>. Acessado em 02/06/2020.

VOMMARO, Pablo. Las dimensiones sociales, políticas y económicas de la pandemia. **CLACSO**, Buenos Aires, n. 8, p. 1-3, 2020. Disponível em: <<https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2020/04/Pablo-Vommaro.pdf>>. Acessado em 25 de junho de 2020.

WORLD BANK GROUP. Políticas educacionais na pandemia da Covid-19: o que o Brasil pode aprender com o resto do mundo? **Education**, 2 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-education-policy-covid-19-coronavirus-pandemic>>. Acessado em 02/06/2020.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade 75

Adolescente 8, 154, 157, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175

Atividade Física 116, 117, 120, 121

### C

Comportamento humano 8, 176, 178, 179, 186

Comunicação 8, 12, 13, 30, 31, 32, 34, 37, 42, 59, 74, 75, 76, 77, 80, 84, 86, 88, 91, 92, 112, 119, 142, 181, 183, 188, 196, 202, 212, 215, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Corona vírus 3, 14, 15, 59, 203

Covid-19 2, 5, 6, 7, 8, 1, 2, 4, 16, 17, 18, 19, 30, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 48, 50, 51, 59, 60, 63, 71, 73, 85, 86, 87, 91, 93, 108, 111, 112, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 130, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 142, 148, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 169, 171, 175, 176, 184, 189, 190, 191, 192, 199, 200, 201, 202, 205, 207, 208, 211, 214, 219, 221, 222, 225, 229

Criança 8, 134, 144, 147, 148, 150, 151, 154, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 179

### D

Desenvolvimento Científico 3, 16

Desenvolvimento Tecnológico 232

Direitos Fundamentais 8, 170, 186, 189, 190, 192, 220

Direitos Humanos 134, 140, 146, 147, 148, 149, 150, 167, 169, 172, 187, 191, 193, 200, 218

Docentes 31, 37, 59, 109, 112, 116, 120

### E

Educação 7, 16, 20, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 93, 111, 113, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 160, 161, 163, 164, 165, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 179, 195, 200, 220

Educação Alimentar 31

Ensino à distância 45, 46, 142, 160

Ensino híbrido 40, 41, 42

Ensino on-line 124, 126

Ensino Remoto 6, 31, 40, 42, 43, 48, 50, 52, 53, 59, 111, 112, 124, 139, 140, 141, 142, 143

## **F**

Família 12, 24, 30, 44, 51, 61, 62, 63, 65, 66, 72, 75, 82, 83, 84, 110, 131, 136, 137, 140, 144, 148, 151, 154, 158, 159, 162, 167, 171, 208, 210, 217, 218

## **I**

Inclusão Social 115

Isolamento Social 8, 5, 30, 32, 34, 40, 41, 53, 54, 55, 78, 111, 124, 134, 137, 139, 140, 147, 149, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 170, 176, 179, 180, 186, 190, 203, 204, 208, 211, 212, 221, 225, 226, 227, 229, 231

## **M**

Metodologia Ativa 52

## **N**

Novas Tecnologias 19, 20, 25, 38, 39, 111, 132, 142, 145, 176, 186

## **O**

Obesidade 130

Organização 18, 22, 31, 34, 41, 47, 51, 60, 63, 67, 69, 86, 92, 110, 135, 143, 154, 155, 164, 173, 179, 180, 182, 198, 202, 204, 209, 210, 215, 220, 224, 225, 230

## **P**

Pandemia 2, 5, 7, 8, 1, 2, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 26, 28, 31, 32, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 67, 71, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 94, 95, 97, 100, 103, 107, 108, 109, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 135, 136, 137, 138, 142, 144, 145, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 179, 180, 183, 184, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 198, 200, 201, 202, 205, 207, 208, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 221, 222, 225, 227, 228, 229, 230

Precarização 128, 136, 138, 142, 209, 220

Prevenção 43, 69, 75, 76, 77, 82, 86, 110, 128, 164, 185, 203, 204, 205

Promoção da Saúde 31, 32, 33, 34, 37, 38, 70, 84

Protocolo 13, 16

## **R**

Reestruturação 84, 201, 210

Religião 140, 183, 221, 222, 223, 224, 230, 231

## **S**

Saúde Mental 37, 55, 58, 112, 118, 121, 130, 154, 155, 159, 161, 163, 208

## **T**

Tecnologia da Informação 31

Trabalho 8, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 33, 37, 38, 46, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 91, 92, 109, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 128, 130, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 150, 152, 153, 169, 170, 171, 173, 174, 179, 181, 187, 195, 196, 201, 202, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 225, 226, 229

## **V**

Vulnerabilidade 84, 135, 138, 141, 170, 174, 195, 207, 217

# **Ações e Experiências para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19 2**

 [www.arenaeditora.com.br](http://www.arenaeditora.com.br)  
 [contato@arenaeditora.com.br](mailto:contato@arenaeditora.com.br)  
 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)  
 [www.facebook.com/arenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/arenaeditora.com.br)

# **Ações e Experiências para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19 2**

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)